



CARLOS SANTIAGO  
csantiago@j.com.br

Contra o racismo

Jorge Reis Tarcísio, ativista do Movimento Negro, utilizou o espaço da 'Tribuna Livre', ontem, na Câmara Municipal de Jundiá, para fazer um balanço das lutas contra o racismo desde que foi promulgada a Lei Áurea até os dias atuais. O Movimento distribuiu uma cartilha com o título 'Racismo é crime. Denuncie'.

Centro de Línguas

Uma aluna do Centro de Línguas 'Antônio Houaiss' de Jundiá, Roberta Nóbrega, foi à tribuna pedir urgência na nomeação do novo gestor municipal de Educação. Segundo Roberta, os alunos do Centro de Línguas correm o risco de serem mudados o cronograma dos cursos - que, hoje, têm previsão de cinco semestres, mas um dos estágios pode ser cancelado.

Educação

O líder do Governo na Câmara de Jundiá, Faouaz Taha (PSDB) pediu a palavra, logo após a fala da aluna do Centro de Línguas, para informar que uma reunião está marcada para 23 de maio, entre ele e o prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB), para tratar de questões ligadas à Educação. Ele negou, no entanto, que nessa data será anunciado o nome do novo gestor da pasta.

Na Região

Para se reunir com lideranças locais da região de Campinas, o presidente nacional do Solidariedade e deputado federal Paulinho da Força inicia, nesta sexta (19), visitas às cidades da região de Campinas. Os encontros seguem até sábado (20). O deputado tem como objetivo ouvir as lideranças sobre as principais necessidades dos municípios para poder destinar recursos de emendas parlamentares a diversas áreas, como saúde e educação.

Proteção ambiental

O deputado estadual Junior Aprillanti (PSB) é o autor do projeto de lei 212/17, que altera a lei 4.095, de 12 de junho de 1984, ampliando a Área de Proteção Ambiental - APA, localizada na região de Jundiá, ou seja, garantindo a preservação do espaço compreendido entre as serras do Mursa, localizada no município de Várzea Paulista, e dos Cristais, em Campo Limpo Paulista.

Luto

Morreu nesta terça-feira (16), o ex-vereador louveirense Eliseu Lourençon, que atuou na 6ª Legislatura (1989-1992). O presidente da Câmara, vereador Marquinhos do Leite (PTB), decretou luto oficial. O velório do ex-vereador irá ocorrer no Velório Municipal. O enterro deverá ocorrer nesta quarta-feira (17). Eliseu se interessou por política ainda adolescente e, anos mais tarde, filiou-se ao PMDB, migrando posteriormente para o PFL, partido em que foi eleito.

CONDUÇÃO COERCITIVA

PF faz operação e detém uma pessoa em Jundiá

A Polícia Federal de Campinas deteve uma pessoa em Jundiá na manhã desta terça-feira (16), em um desdobramento de operações que apuram suspeitas de corrupção envolvendo servidores do Mapa (Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento) e empresas fiscalizadas. O homem - que não teve o nome divulgado - foi alvo do cumprimento de um mandado de busca e apreensão e

condução coercitiva pela PF.

Apesar de similares, as operações não têm ligação direta entre si e nem com a Carne Fraca, deflagrada no Paraná, que investiga corrupção junto a frigoríficos. Na chamada Operação Lucas, a investigação começou após denúncia de que frigoríficos e empresas de laticínios fiscalizadas teriam sido favorecidas em processos administrativos, por meio do retar-

damento na tramitação e anulação de multas. "A PF apurou, por meio de quebras de sigilos fiscal e bancário, que a chefe de fiscalização do Mapa, à época dos fatos, recebia de empresas fiscalizadas valores mensais para custear despesas familiares", diz a nota.

As empresas suspeitas de envolvimento no esquema são a Minerva, Frango Norte, Laticínio Veneza, Santa Isabel Ali-

mentos, Masterboi, Laticínio Fortaleza e Laticínios Palac, afirmou o superintendente da Polícia Federal em Tocantins, Arce- lino Vieira Damasceno.

Foram emitidos 62 mandados, sendo 10 de prisões temporárias, 16 de condução coercitiva e 36 de busca e apreensão em Palmas (TO), Gurupi (TO), Paraíso (TO), Araguaína (TO), Augustinópolis (TO), Araraquara (SP), Campinas (SP), Santana

do Parnaíba (SP), Jundiá (SP), Fernandópolis (SP), Recife (PE), Belém (PA), Brasília (DF).

Os investigados poderão responder pelos crimes de corrupção passiva e ativa, cujas penas podem chegar a 12 anos de prisão. O nome "Lucas", da Operação, faz referência à passagem bíblica do livro de Lucas I que diz: "Não peçais mais do que o que vos está ordenado". (Folhapress)

SESSÃO ORDINÁRIA

A pedido da categoria, vereador de projeto que fixava horário para retirada de dinheiro nos bancos mudou de ideia

Câmara atende bancários e acompanha veto do Executivo

CARLOS SANTIAGO  
csantiago@j.com.br

Pedido feito por um grupo de funcionários de bancos de Jundiá fez com que o vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) repensasse que providência tomar em relação ao veto total apostado pelo Executivo ao projeto de lei 12.080. O projeto (de Paulo Sérgio Martins) fixava critério de horário para a retirada e reposição de dinheiro nas agências bancárias do município.

O projeto fora aprovado na sessão de 4 de abril - mas recebeu veto total do Executivo. O veto seria apreciado, debatido e votado ontem - e, segundo a fala de Paulo na tribuna, ele iria pedir aos colegas a derrubada do veto. A posição dele mudou, no entanto, pouco antes do início da sessão. "Por volta das 17h45, recebi um telefonema de representantes de funcionários dos bancos da cidade, argumentando que os próprios bancários seriam prejudicados se o projeto fosse aprovado - porque eles se veriam obrigados a trabalhar, por algum intervalo de tempo, estando mais vulneráveis a assaltos", explicou.

O vereador do PPS lamentou, por um lado - mas enfatizando, por outro, porque dava razão aos bancários. "O projeto foi apresentado com a intenção de dar mais segurança aos funcionários dos bancos e aos clientes. Se os próprios bancários sentem que poderão ter proble-



MANTIDO Vereadores se mostraram surpresos, mas votaram a favor do veto

mas, então é preciso ter humildade de reconhecer a questão. Peço, portanto, que meus colegas votem a favor do veto."

Marcelo Gastaldo (PTB), Cristiano Lopes (PSD), Valdeci Vilar (PTB) e Rogério Silva (PHS) demonstraram surpresa. A reação mais enfática foi a de Valdeci, que disse se sentir desprestigiado por saber, em cima da hora, desse novo posicionamento do autor do projeto. "Eu e meus colegas gostaríamos de ter sido comunicados desta nova posição antes - e não aqui, no plenário. Nós votaríamos pela derrubada do veto", afirmou Valdeci.

A sessão foi suspensa para que um grupo de bancários se reunisse com os vereadores e explicasse os motivos para que os legisladores mantivessem o veto.

Outros projetos

Foi aprovada, em primeiro turno de votação, proposta de

emenda à Lei Orgânica, de Antônio Carlos Albino (PSB), que veda inauguração ou entrega de obra pública inconclusa. Outros projetos aprovados foram o de Roberto Conde (PRB), instituindo no calendário de eventos o 'Dia Municipal de Combate à Pedofilia'; o de Cristiano Lopes (PSD), instituindo a 'Semana Municipal da Juventude'; e o do Executivo, instituindo o diploma de mérito 'Amigo da Guarda Municipal'. Foram adiados os projetos de Marcelo Gastaldo, sobre confecção e fornecimento, a alunos da rede municipal, de material informativo sobre educação e uso racional da água; de Arnaldo da Farmácia (PDT), prevendo plantão de assistente social nos complexos educacionais, culturais e esportivos; e o de Romildo Antônio (PR), exigindo sistema de desarme em bomba de posto de combustível.

PEDALA, JUNDIÁ

Ciclistas entregam manifesto à Casa

Um representante do movimento 'Pedala, Jundiá' utilizou a tribuna da Câmara Municipal de Jundiá, ontem à noite, para apresentar um manifesto do grupo, bem como para esclarecer, aos políticos locais, problemas, obstáculos e investimentos que seriam necessários para que a questão da mobilidade urbana na cidade contasse com as bicicletas.

Roberto Fernandes Gonçalves lembrou que a cidade busca alternativas para a questão da mobilidade e do trânsito, mas citou alguns dos que considera os principais obstáculos para o uso, cada vez maior, de bicicletas. "Inexiste uma estrutura cicloviária adequada", afirmou. Entre outros problemas, Gonçalves lembrou, ainda, questões como falta de integração das bicicletas com ônibus, falta de bicicletários nos terminais urbanos, necessidade de construção de ciclovias e de ruas e outros espaços que possam ser compartilhados por bicicletas e veículos. "O principal é

que faltam metas, falta um plano cicloviário - que precisa sair do papel, apesar de o prefeito Luiz Fernando Machado ter se comprometido, ainda durante a campanha, com esta questão".

O presidente da Câmara, Gustavo Martinelli (PSDB), afirmou que os vereadores vão assinar o manifesto, encaminhando e endossando o documento em ofício ao Executivo. (C.S.)



MOBILIDADE URBANA Falta de plano cicloviário foi citada na tribuna

AÇÃO DA CHAPA DILMA-TEMER

TSE marca para 6 de junho retomada do julgamento

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, marcou para 6 de junho a retomada do julgamento, quando o tribunal decidiu conceder mais prazo para as defesas se manifestarem. De acordo com o procurador, além da cassação da chapa, o tribunal também deve considerar a ex-presidente inelegível por oito anos.

Após o resultado das eleições de 2014, o PSDB entrou com a ação, e o TSE começou a julgar suspeitas de irregularidade nos repasses a gráficas que prestaram serviços para a campanha eleitoral de Dilma e Temer. Recentemente, Herman Benjamin decidiu incluir no processo o depoimento dos delatores ligados à empreiteira Odebrecht investigados na Operação Lava Jato. Os delato-

res relataram que fizeram repasses ilegais para a campanha presidencial.

Em dezembro de 2014, as contas da campanha da então presidente Dilma Rousseff e de seu vice, Michel Temer, foram aprovadas com ressalvas e por unanimidade no TSE. No entanto, o processo foi reaberto porque o PSDB questionou a aprovação, por entender que há irregularidades nas prestações de contas apresentadas por Dilma, que teria recebido recursos do esquema de corrupção investigado na Lava Jato.

A campanha de Dilma Rousseff nega qualquer irregularidade. A defesa do presidente Michel Temer sustenta que a campanha eleitoral do PMDB não tem relação com os pagamentos suspeitos. (Agência Brasil)

DE PARTIDOS

Relator quer parcelar multas

A última versão do parecer da reforma política apresentada pelo relator da matéria, deputado Vicente Cândido (PT-SP), estabelece um parcelamento em até 60 meses para o pagamento de multas eleitorais de partidos políticos. Uma quarta versão do texto ainda será apresentada na semana que vem, mas este trecho que cria uma espécie de 'Refis' eleitoral não deve ser alterado.

"O parcelamento das multas eleitorais é direito do cidadão, seja ele eleitor ou candidato, e dos partidos políticos, podendo ser parceladas em até 60 (sessenta) meses, desde que não ultrapasse o limite de 10% de sua renda", diz o relatório de Vicente Cândido.

Hoje, partidos e candidatas estão sujeitos a multas por

irregularidades como campanha antecipada, propaganda irregular e compra de votos. O valor das penalidades chega a mais de R\$ 100 mil.

A versão atual do texto do relator Vicente Cândido institui as federações de partidos, estabelece a realização de prévias, primárias ou convenções, cria um fundo eleitoral para financiar campanhas, permite financiamento privado por pessoas físicas, veda ligações nas eleições proporcionais (vereador e deputado), cria sistema eleitoral de forma de lista preordenada para eleições de 2018, 2020 e 2022 e permite a propaganda eleitoral paga na internet. Também fica permitida a propaganda eleitoral por telemarketing, das 9h às 21h, de segunda-feira a sábado. (Folhapress)